

CIONAL DE ESTUDOS PESSOANOS. Porto,
Centro de Estudos Pessoaanos, 1985.

UMA LEITURA ASCÉTICO-MÍSTICA DO HETERÓNIMO
ÁLVARO DE CAMPOS

MARIA HELENA NERY GARCEZ

Este texto constitui o prosseguimento de uma pesquisa que realizei sobre o heterónimo Alberto Caeiro em suas relações com a mística cristã, pesquisa da qual resultou um extenso trabalho apresentado como tese de Livre-Docência na Universidade de São Paulo e que, segundo espero, deverá ser publicado pelo Centro de Estudos Pessoaanos.

No presente estudo, proponho uma singular leitura do heterónimo Álvaro de Campos. Singular porque o ponto de vista escolhido é menos vulgar do que os que constituem paradigmas em nossa época de pontos de vista sociológicos, psicológicos, psicanalíticos e outros. Singular talvez mas, a meu ver, adequado à obra pessoana que, segundo me parece, solicita ser lida, talvez de modo preferencial, sob este enfoque interpretativo. Caracterizei minha leitura como «ascético-mística», entendendo por estes termos, respectivamente, o esforço que o ser humano deve fazer quando se propõe empreender uma tarefa de aperfeiçoamento espiritual — isto é o que vulgarmente se significa na expressão luta ascética ou ascese — e, por mística, no estudo em questão, entendo o mais radical e profundo anseio da alma humana por unir-se com a Divindade, a mais arreigada nostalgia desta vida de união, este direccionamento ontológico para Deus que informa a alma em todas as suas manifestações. Como se vê, não entendo aqui por mística o elevado estado de contemplação a que algumas almas cheguem, estado em que o esforço ascético conta menos e deve mesmo, em certas ocasiões, cessar, para dar lugar à acção santificadora da própria Divindade que nela opera. Este seria o sentido mais apropriado para o termo; no entanto, como também é corrente no sentido lato que defini acima, esclareço que o uso naquela acepção mais genérica, porque é a que se ajusta melhor ao caso do poeta de *Orpheu*.

Para a leitura que ora me proponho fazer dos poemas de Álvaro de Campos, partirei do antológico texto «Aniversário» /473/1. Nele poetiza-se uma situação constante, tópica na lírica do heterónimo modernista: a do confronto entre dois tempos, entre duas horas — outrora e agora — e a do reconhecimento de uma desfase entre um eu primitivo e o eu actual.

O poema principia com uma evocação do «tempo em que fes-

tejavam o dia dos meus anos», o tempo da infância em que «eu era feliz e ninguém estava morto». Juntamente com este tempo de felicidade evoca-se um espaço ideal, o espaço das origens, «a casa antiga» — atente-se para a caracterização «antiga» — onde havia «a alegria de todos». Em oposição a este eu primeiro, o poema coloca o eu de hoje, que se define através de imagens de despojamento, de privação: «O que eu sou hoje é terem vendido a casa, / É terem morrido todos, / É estar eu sobrevivente a mim-mesmo como um fósforo frio...» Um espaço de raízes se perdeu, houve uma extinção de seres queridos e uma perda da própria chama interior. A identidade primeira, feliz, já não se dá.

Esta problemática da descontinuidade interior, da perda de uma identidade primeira que o leva a sentir-se «estrangeiro aqui como em toda a parte» («Lisbon Revisited» /452/), que é responsável pelo estilhaçamento do eu — «sou um espalhamento de cacos sobre um capacho por sacudir» («Apontamento» /471/ — , constitui uma das obsessões do universo Álvaro de Campos, aparecendo em numerosos outros poemas, de que cito apenas como exemplos: «Realidade» /483/, «Dactilografia» /488/, «Trapo» /476/, «Acaso» /469/, «Sim, sou eu, eu mesmo» /481/, «Esta velha angústia» /490/, «Dobrada à moda do Porto» /537/, etc. Seria preciso lembrar que: «O dia deu em chuvoso, / A manhã, contudo, esteve bastante azul», que: «Temos todos duas vidas: / A verdadeira, que é a que sonhamos na infância, / (...) A falsa, que é a que vivemos em convivência com outros, / Que é a prática, a útil», seria preciso lembrar exclamações e interrogações do tipo: «Pobre velha casa da minha infância perdida! / Quem te diria que eu me desacolhesse tanto! / Que é do teu menino? Está maluco. / Que é de quem dormia sossegado sob o teu tecto provinciano? / Está maluco. / Quem de quem fui? Está maluco. Hoje é quem eu sou.»?

Todos estes exemplos bem como inúmeros outros que se poderiam facilmente arrolar estão demonstrando uma inquestionável preocupação por uma ruptura interior, uma angústia por não reconhecer-se idêntico a si mesmo, uma ânsia obsessiva por perscrutar seu eu actual, por conhecê-lo, por identificá-lo. Daí a notável abundância de versos do tipo: «O que sou...», «O que era...», «O que fui...».

Ora, nesta busca de si mesmo, nesta indagação acerca da própria identidade, Álvaro de Campos, num poema fulcral para a compreensão de sua lírica, «Pecado Original» /487/, propõe: «Sou quem falhei ser». Há nesta fórmula lapidar com que se auto-define a consciência de ser um aborto, a consciência de ser alguém de certa forma falso e errado — e todos sabemos muito bem da importância do termo «errado» nos poetas do *Orpheu* — a consciência de não haver atingido uma identidade verdadeira. Significativamente esta condição não é vista apenas a um nível individual, mas é estendida a todos os demais homens: «Somos todos quem nos supusemos. / A nossa realidade é o que não conseguimos nunca».

De modo ainda mais significativo, Álvaro de Campos, no verso seguinte, indaga: «Que é daquela nossa verdade — o sonho à janela da infância?» A perda da verdade sobre nós, verdade que se sonha «à janela da infância», aparece integrada no contexto do pecado original. Esta infância adquire, portanto, nova dimensão; não constitui apenas a infância histórica mas uma infância outra, atemporal, a infância das origens num estado outro, num espaço também outro, que o ortónimo tão magistralmente criou no poema /72/:

*Não sei, ama, onde era,
Nunca o saberei...
Sei que era primavera
E o jardim do rei...
(Filha, quem o soubera!...)*

*Que azul tão azul tinha
Ali o azul do céu!
Se eu não era a rainha,
Por que era tudo meu?
(Filha, quem o adivinha?)*

*E o jardim tinha flores
De que não me sei lembrar...
Flores de tantas cores...
Penso e fico a chorar...
(Filha, os sonhos são dores...)*

*Qualquer dia viria
Qualquer coisa a fazer
Toda aquela alegria
Mais alegria nascer
(Filha, o resto é morrer...)*

*Conta-me contos, ama...
Todos os contos são
Esse dia, e jardim e a dama
Que eu fui nessa solidão...*

«Todos os contos são / Esse dia, e jardim e a dama / Que eu fui nessa solidão»: todos os sonhos, tudo quanto há e pode haver remete a esse estado original, está vinculado a este estado outro de que a alma padece a premente nostalgia. Não será este o motivo principal do desejo de se outrar que percorre toda a obra pessoana, bem como a de seu amigo Mário de Sá-Carneiro? Não será esta premente nostalgia da originariedade, do estado de inocência perdido o que explica o desejo de se outrar obsessivamente presente nas grandes obras da modernidade?

«A verdadeira história da Humanidade» está na história do pecado original, é o que propõem os três versos iniciais do poema de Álvaro de Campos. Para o céptico engenheiro modernista, que não admite a Revelação, a verdadeira história da queda ainda está por ser escrita e aquele que a desvendasse, teria desvendado o enigma do universo, a chave do conhecimento de tudo, a chave de todos os mistérios. Mas, para Álvaro de Campos, esta empresa constitui apenas uma hipotética aspiração: «Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?» A interjeição inicial constitui uma manifestação de profundo pesar, de desesperançosa resignação diante da impossibilidade radical da tarefa. Conhecer — problema que constitui o núcleo da problemática pessoana — seria compreender o antes da queda e a queda como causa de tudo o que agora há. É na queda original que está a razão da desfasagem do «outrora» e do «agora», «do que fui», e «do que sou». A perda de identidade, o «espelho mágico em que me revia idêntico» /452/ e

que se partiu, o estilhaçamento do eu e do universo — «A minha alma partiu-se como um vaso vazio» /471/ — o facto de «termos todos nascido a bordo», tudo se explica aí, tudo aí encontra a sua causa real e profunda. Foi devido a esta queda, cuja história Álvaro de Campos desconhece, que «nossa realidade é o que não conseguimos nunca», que se instaura dentro de nós uma desfasagem entre o que sonhamos e o que de facto conseguimos realizar: «Quantos Cé-sares fui!».

É a consciência deste «erro» do mundo e do homem, é a consciência deste desconcerto — o desconcerto camoniano aparece agora na roupagem de «erro» ou de «doença» no caso de Caetano — que inspiram as grandes imagens de uma incompletude ontológica:

*Quando é que passará este drama sem teatro,
Ou este teatro sem drama? /486/*

*Baste, sim baste! Sou eu mesmo, o trocado,
O emissário sem carta nem credenciais,
O palhaço sem riso, (...) /481/*

Sob qualquer prisma que se olhe, o mundo é desarmónico, incongruente: é «drama sem teatro» e «teatro sem drama», o eu é despojado do que é essencial à sua identidade: «emissário sem credenciais» e «palhaço sem riso».

Paralelamente a esta consciência de incompletude ontológica, de enfermidade, há uma ânsia de salvação, a expectativa de um dia em que ela se consubstancie, como o exprime o poema «Magnificat» /486/:

*Quando é que passará esta noite interna, o universo,
E eu, a minha alma, terei o meu dia?
(...)*

*Quando é que passará este drama sem teatro,
Ou este teatro sem drama,
E recolherei a casa?
Onde? Como? Quando?*

Note-se que a imagem da «casa», também presente no poema

«Aniversário», no «Esta velha angústia» — «Pobre velha casa da minha infância perdida!» —, reaparece também neste. O anseio por voltar às origens consubstancia-se na imagem do «recolher a casa», tendo o prefixo *re* todo o seu valor originário. É significativo que no poema «Aniversário» a «casa» esteja caracterizada como «antiga» — este é um adjectivo recorrente em Alberto Caeiro bem como em Álvaro de Campos —; a «casa antiga» condensa toda uma complexa força expressiva já que é, ao mesmo tempo, matriz, centro gerador da vida como também lugar de carinho, do afecto e do acolhimento. «Recolher» à «casa antiga» é retornar ao acolhimento amoroso das origens, ao amor que o ser, no estado idêntico, gozava da parte de seu Criador. A nostalgia de «recolher a casa» manifesta a nostalgia de um centro, de um foco de calor para o qual Álvaro de Campos está voltado e, penso que é por isso que uma das flores recorrentes em seu universo poético é o «girassol». Note-se, aliás, que o girassol é uma flor pessoana, presente no ortónimo e nos heterónimos Alberto Caeiro e Ricardo Reis. Em Álvaro de Campos, no poema «Realidade»/483/, aparece justamente quando evoca seu eu «antigo»: «É eu o antigo lá subi a rua imaginando um futuro girassol», no poema «Acordar da cidade de Lisboa...»/517/ pede: «Dá-me rosas, rosas, / E lírios também. / Crisântemos, dalias, / Violetas, e os girassóis / Acima de todas as flores...» É de se notar a estilização da linguagem religiosa que Álvaro de Campos opera nestes 2 últimos versos: «girassóis acima de todas as flores», onde ecoa a memória conceitual e rítmica do primeiro mandamento, tal como se aprende no catecismo, «Amar a Deus sobre todas as coisas». Há, portanto, um amor preferencial por esta flor que está sempre buscando o sol, o dia, a luz.

Até aqui, neste anseio pela identidade perdida, nesta nostalgia platónica de uma vida anterior, Álvaro de Campos não difere muito do ortónimo. No entanto, a partir daqui, parece-me que divergem fundamentalmente. Fernando Pessoa «ipse», como o atesta o poema anteriormente transcrito, «Não sei, ama, onde era», é plenamente consciente do estado de inocência perdido. É consciente também da impossibilidade de realçar aquela plenitude primeira em qualquer espaço possível às dimensões humanas, em qualquer espaço da ordem natural, quer real quer sonhado. É o

que diz o poema /150/ «Não sei se é sonho, se realidade», que, de certa forma, poderia ser visto como uma resposta aos famosos poemas baudelairianos «Parfum Exotique», «La Chevelure» e «L'Invitation au Voyage». Neste breve poema, o ortónimo desmitifica as «ilhas do sul» e seus «palmares», concluindo: «Não é com ilhas do fim do mundo, / Nem com palmares de sonho ou não, / Que cura a alma seu mal profundo, / Que o bem nos entra no coração. / É em nós que é tudo. É ali, ali, / Que a vida é jovem e o amor sorri».

A solução proposta não é, portanto, exterior ao homem e nem está no sonho: ela está no interior da alma, numa purificação do mal e na sua substituição pelo bem. Ora, é nesta linha de reflexões que situo também o poema «Na Sombra do Monte Abiegnio»/138/, como uma nova etapa deste caminhar para o regresso à pátria perdida. Se na mística cristã é tradicional simbolizar-se a subida ascético-mística para Deus na figura do Monte Carmelo, na mística ocultista rosacruziana escolhida pelo ortónimo figura-se esta ascensão no símbolo do Monte Abiegnio. Se, como é evidente, os dois conteúdos têm diferenças notáveis, há, no entanto, uma analogia de situações: a subida do Monte Abiegnio seria uma purificação ou santificação da alma, que sente a atracção da Divindade e a ela quer retornar. Se subir o monte Carmelo significa exercitar-se em todas as virtudes, naturais e sobrenaturais, significa desprender-se radicalmente de todo apego aos bens criados e morrer para o amor próprio, a subida do Monte Abiegnio também exige a total abdicação. É esta que irá dar forças à alma para empreender a subida. Além de outras divergências básicas como a da transcendência de Deus na mística cristã ou a da imanência da Divindade na mística ocultista, diverge o caminho ascético-místico principalmente porque, na subida do monte Carmelo a alma conta, em 1.º lugar e como condição «sine qua non», com o auxílio da graça, que é o dom divino que a potencia para empreender a ascese, enquanto que na subida do monte Abiegnio a alma conta com as forças que lhe vêm da sua abdicação, com as forças que lhe vêm de si mesma. Seja como for, o ortónimo tem uma meta: o «alto Castelo» no alto do monte, esta é a solução para a nostalgia do jardim que «tinha flores / De que não me sei lembrar», este é o caminho do retorno para o «jardim do rei».

Retornemos agora ao universo Álvaro de Campos e procuremos ver como este heterónimo encara esta possível solução para o problema existencial que lhes é comum.

Tomemos, como ponto de partida para esta nova etapa de reflexões, o poema /499/:

*Ali não havia electricidade.
Por isso foi à luz de uma vela mortíça
Que li, inserto na cama,
O que estava à mão para ler —
A Bíblia, em português (coisa curiosa), feita para
[protestantes.
E reli a «Primeira Epístola aos Coríntios».
Em torno de mim o sossego excessivo de noite de
[província
Fazia um grande barulho ao contrário,
Dava-me uma tendência do choro para a desolação.
A «Primeira Epístola aos Coríntios»...
Reli-a à luz de uma vela subitamente antiquíssima,
E um grande mar de emoção ouvia-se dentro de
[mim...
Sou nada...
Sou uma ficção...
Que ando eu a querer de mim ou de tudo neste
[mundo?
«Se eu não tivesse a caridade».
E a soberana luz manda, e do alto dos séculos,
A grande mensagem com que a alma é livre...
«Se eu não tivesse a caridade...»
Meu Deus, e eu que não tenho a caridade!...*

É curioso e significativo que Álvaro de Campos releia, primeiro «à luz de uma vela mortíça», depois «à luz de uma vela subitamente antiquíssima» a Primeira Epístola aos Coríntios. É na «luz mortíça» da realidade em que vivemos que a «luz antiquíssima» e depois «soberana» se revela; é na «luz mortíça» que é preciso saber

ver a «luz antiquíssima» e «soberana», a luz que vem da «casa antiga», a luz primordial da Pátria perdida e que brilha com «a grande mensagem com que a alma é livre». Daí o «grande mar de emoção» que, ele diz, «ouvia-se dentro de mim», mar de emoção por ter visto a revelação. O poema, porém, se fecha com o dístico: «Se eu não tivesse a caridade...» / Meu Deus, e eu que não tenho a caridade!...»

Se o heterónimo modernista vê, à «luz mortíça da vela», a «luz antiquíssima e soberana» da Casa perdida, que lhe envia uma mensagem de libertação, termina, no entanto, na desolada constatação da carência em que se encontra, carência da caridade, — condição imprescindível para a redenção — para a qual não aponta saída. Termina numa constatação abúlica.

Esta desistência antecipada, esta espécie de abulia diante daquilo que se vê que se deveria fazer e não se faz constitui o oposto do ascetismo, constitui uma doença da vontade que está muito bem plasmada nas imagens da «mala por arrumar» que nunca se arruma ou da «prateleira por ordenar» que nunca se ordena, imagens recorrentes no universo poético do heterónimo modernista.

*Mas tenho que arrumar a mala,
Tenho por força que arrumar a mala,
A mala.
Não posso levar as camisas na hipótese e a mala na
[razão.
Sim, toda a vida tenho tido que arrumar a mala.
Mas também, toda a vida, tenho ficado sentado sobre
[o canto das camisas empilhadas,
A ruminar, como um boi que não chegou a Ápis,
[destino.
Tenho que arrumar a mala de ser. /478/*

São obsessivas as imagens de cansaço, de desistência, de adiamento, de falta de energia. «Arrumar a mala de ser» seria pôr ordem no interior de si, estabelecer uma hierarquia de valores, determinar-se à acção. Ora, Álvaro de Campos não quer agir, ele se recusa a qualquer esforço, ele rejeita categoricamente o princí-

pio ascético do «hodie et nunc»: «Depois de amanhã, sim, só depois de amanhã... / Levarei amanhã a pensar em depois de amanhã, / E assim será possível; mas hoje não... / Não, hoje, nada; hoje não posso». /460/ («Adiamento»). Claríssimos e categóricos são, também, os poemas «Reticências» /470/ e «Apostila» /458/, este último uma discussão de outro tradicional princípio ascético que manda aproveitar o tempo. É tão clara, nele, a consciência de que sua atitude constitui uma rebelião contra a ascética que, explicitamente, diz:

*Aproveitar o tempo!
Não ter um minuto que o exame de consciência desconheça...
Não ter um acto indefinido nem factício...
Não ter um movimento desconforme com propósitos...*

Este místico falhado porque recusa a ascética, que é Álvaro de Campos, experimenta, no entanto, a nostalgia da acção, da luta, e é no poema /512/ que me parece encontrar-se o diagnóstico que ele próprio faz das raízes de seu mal:

*Gostava de gostar de gostar.
Um momento... Dá-me de ali um cigarro,
Do maço em cima da mesa de cabeceira.
Continua... Dizias
Que no desenvolvimento da metafísica
De Kant a Hegel
Alguma coisa se perdeu.
Concordo em absoluto.
Estive realmente a ouvir.
Nondum amabam et amare amabam (Santo
[Agostinho]).
Que coisa curiosa estas associações de ideias!
Estou fatigado de estar pensando em sentir outra
[coisa].
Obrigado. Deixa-me acender. Continua. Hegel...*

Álvaro de Campos explicitamente intervém, considerando

curiosa a associação que faz entre o desenvolvimento da metafísica de Kant a Hegel e a evocação da sentença de Santo Agostinho: «eu ainda não amava mas gostava de amar». Agostinho está rememorando, nas *Confissões*, a sua conversão e os tempos em que, não estando ainda baptizado, portanto ainda não em graça de Deus, estava desprovido da caridade, mas já sentia o seu apelo, a atracção que fazia com que a desejasse: «amare amabam». Álvaro de Campos, por sua vez, principia o poema com uma outra sentença, mais remota do que a de Agostinho: «Gostava de gostar de gostar». Gostar é o acto, gostar de gostar é amar o acto de amar, é desejar o acto; gostar de gostar de gostar é um desejo muito mais distanciado do acto, um desejo de terceiro grau, o desejo de ter desejos que, segundo autores espirituais, é já um primeiro passo no caminho da conversão. Ora, Campos coloca o verbo gostar no imperfeito do indicativo: «gostava», com um valor de condicional: gostaria de gostar de gostar. Na verdade, seu desejo de conversão é remotíssimo, é apenas uma ténue sombra, uma simples nostalgia da caridade.

Esta debilidade do desejo da conversão está significativamente associada à conversa que, paralelamente às suas cogitações, mantinha com um interlocutor. É nesta conversa que, engenhosamente, está declarada a causa da debilidade do apelo com que a graça o atrai: «no desenvolvimento da metafísica / De Kant a Hegel / Alguma coisa se perdeu».

Diferentemente de Agostinho, a quem o desenvolvimento da metafísica levou à Fé, Álvaro de Campos, muito provavelmente, não pode crer porque na sua formação intelectual entrou Hegel e, com este filósofo, perdeu-se o sentido sobrenatural da fé. Se em Kant, a Fé num Deus transcendente é irrecusável e irrecusada, fé pietista embora, em Hegel a fé incorpora-se à razão, não é mais do que uma função da razão. Enquanto que a fé sobrenatural vem complementar a razão, alargando-lhe o campo dos conhecimentos, desvendando uma ordem sobrenatural que de outra forma lhe seria vedada por inatingível, em Hegel, a fé, incorporada à razão, converte-se apenas num acto de estrita racionalidade, circunscrita portanto ao âmbito puramente natural, agindo incorporada apenas aos recursos da própria razão. Ao ser da ordem natural perde, portanto, a dimensão sobrenatural e já não tem força de regeneração

para reconduzir à Pátria perdida, ao estado de inocência que é um estado sobrenatural. Uma fé que não transcende o âmbito da natureza mas nela se resolve não salva e não tem forças para mover a *uma luta ascética*. O *desígnio agostiniano* «nondum amabam et amare amabam» nem pôde ser assumido pelo heterónimo modernista, que se quedou num estágio ainda mais distanciado e só pôde experimentar a nostalgia de seu direccionamento místico falhado. As imagens finais do mais desesperançado dos heterónimos — repare-se que vimos seu posicionamento em face das três virtudes teológicas: Fé, Esperança e Caridade — são-nos dadas nos poemas / 538/ e /541/, «Poema em Linha Recta» e «Barrow-on-Furness», onde o engenheiro modernista se avalia como «tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil, / tantas vezes irresponsavelmente parasita, / Indesculpavelmente sujo». A palavra final de Álvaro de Campos é amarga, é de um reconhecimento sombrio da própria abjecção, reconhecimento onde não há esperança alguma de redenção. O exame de si que faz no «Poema em Linha Recta» constitui um reconhecimento da verdade, mas um reconhecimento desabrido, uma orgulhosa agressão a si mesmo e aos demais.

1 A edição dos textos pessoanos que utilizei para este trabalho é: Pessoa, Fernando — *Obras Poéticas*. Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, 1972.

A FICÇÃO POLICIAL DE FERNANDO PESSOA: UMA INTERPRETAÇÃO

FREDERICK C. HESSE GARCIA